COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.057, DE 2020

Regulamenta a profissão de Ferrageador de Equinos

Autor: Deputado MILTON VIEIRA **Relator:** Deputado BETO RICHA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n ° 5.057, de 2020, em epígrafe, de autoria do Deputado Milton Vieira, regulamenta a profissão de Ferrageador de Equinos, o qual na forma do art. 2° do Projeto é o profissional contratado para limpar, lixar, medir o tamanho da ferradura e colocar a lâmina nas patas dos cavalos.

Consoante o art.3º do Projeto, "[poderão exercer a profissão de Ferrageador o profissional de nível médio ou superior que tenha curso de qualificação realizado por associações ou entidades privadas ou governamentais."

O art. 5º do Projeto faculta ao Ferrageador organizar-se em associações profissionais e sindicatos.

Em sua justificação da matéria, o Deputado Milton Vieira lembra que o Projeto:

(...) tem objetivo de regulamentar uma das profissões mais antigas do mundo: a de Ferrador ou Ferrageador de equinos. Esta profissão, embora antiga, vem exigindo cada vez mais conhecimento daqueles que a exercem, uma vez que se não for realizada adequadamente, poderá trazer prejuízos tanto ao dono do animal quanto ao Ferrador. Quando o animal é devidamente casqueado e aprumado tem um bom desempenho no trabalho e em competições; o animal tem menos fadiga e pouca possibilidade de se machucar.





Portanto a qualidade do serviço depende de técnicas adequadas e da habilidade do ferrador, motivo pelo qual propomos que para exercer a profissão é necessária a realização de curso qualificante."

O Deputado Milton Vieira esclarece também que a profissão de ferrageador sujeita o que a pratica a riscos por mordidas e coices, gerando mesmo doenças ocupacionais, como problemas na coluna. Ainda, na sua justificação, lembra que a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou moção encaminhada ao Congresso Nacional solicitando a regulamentação da profissão.

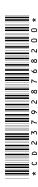
A proposição foi distribuída às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, à qual incumbe se manifestar sobre a constitucionalidade e juridicidade (art. 54, inciso I, do Regimento Interno da Casa).

O Projeto sujeita-se à apreciação conclusiva na forma do art. 24, inciso II, do RICD, e tem tramitação ordinária consoante o art. 151, inciso III, do mesmo diploma legal.

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público aprovou o Projeto na forma de Substitutivo, conforme o voto do relator naquele Colegiado, o Deputado Carlos Veras. Esse Substitutivo é mais detalhado na definição da profissão, enumerando mais ações como próprias do Ferrageador e considerando inclusive a necessidade de cada animal. Exerceria, assim, a profissão de ferrageador de equinos e muares "o profissional contratado para limpar, cortar, lixar, ajustar, medir o tamanho da ferradura e colocar a lâmina de acordo com a necessidade de cada animal, seja para proteção, esporte, correção ou necessidade ortopédica."

- O Substitutivo prevê três níveis de profissionais de Ferrageador:
 - "I Nível 1: aprendiz de profissionais mais experientes;
- II Nível 2: profissionais com cursos e certificações nacionais ou internacionais por associações ou entidades privadas ou governamentais;
- III Nível 3: veterinários aptos para ferrageamento e cirurgias dos cascos e membros locomotores."





É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa das proposições na forma do art. 32, inc. IV, alínea "a", do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Na forma do art. 5°, inciso XII, da Constituição Federal, "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer (...)". A União tem competência privativa para legislar sobre direito do trabalho na forma do art. 22, inciso I, da Constituição da República. Haver em lei disposições sobre uma profissão é condição essencial para o reconhecimento de direitos trabalhistas que sejam próprios às atividades reconhecidas como tais, como também para os enquadramentos das chamadas doenças profissionais.

Conquanto o projeto nos pareça inconstitucional por exigir nível médio para uma habilidade que independe de estudo formal, o Substitutivo é materialmente constitucional.

Quanto à constitucionalidade formal, constata-se que não há óbice à iniciativa de Parlamentar na matéria.

No que toca à juridicidade, observa-se que Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público não transgride os princípios gerais do direito que informam o sistema jurídico pátrio.

No projeto, aqui considerado inconstitucional, há dispositivo que nada agrega ao universo jurídico, e seria injurídico: o art. 5°, que faculta ao Ferrageador organizar-se em associações profissionais e sindicatos. Ora, a liberdade de organizar-se em associações profissionais ou sindicatos já é conteúdo posto no art. 8° da Constituição da República.

No que concerne à técnica e à redação legislativa, conclui-se que se observaram na feitura das proposições ora analisadas o disposto na Lei





Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Elas têm, assim, boa técnica e boa redação legislativa.

Há, entretanto, correções que se há de fazer. Melhor, tanto no Projeto quanto no Substitutivo, substituir a expressão "regulamenta" pela expressão "dispõe sobre", até porque o verbo "regulamentar" é mais próprio da esfera do Poder Executivo e de seu "poder regulamentar". Nota-se, porém, que a despeito de imprópria, a expressão "regulamenta" está presente em diversos diplomas legais que dispõem sobre profissões.

Em vez de "ferrageador", parece preferível usar o vocábulo "ferrador", para o que cuida de implantar a ferradura nas patas dos equinos ou muares. A versão do dicionário "Aurélio" disponibilizada pela Câmara dos Deputados confirma esse juízo, pois lá nem sequer existe o verbete "ferrageador". Esse foi também o caso da versão do dicionário Huaiss.

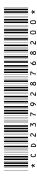
O Brasil é um país continental e há usos regionais de palavras, fato que enriquece o vernáculo e do qual só nos cabe orgulhar. Afinal, trata-se de uma riqueza nacional produzida por cada um de nós como praticantes da mesma língua. Todavia, na redação de normas legais, deve-se empregar os termos com maior aceitação em todo o território nacional. A esse propósito, a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, em seu art. 11, inciso II, alínea "d", é peremptória. Transcrevo:

[•] Art. 11	
Y	
d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significad maior parte do território nacional, evitando o uso de expres l ocais ou regionais ;	
	••

Também não subsistem razões para grafar nomes não próprios de pessoas com inicial maiúscula e fora do começo das frases. Assim, impõese escrever "ferrador" em vez de "Ferrador", se não se inicia a frase com esse vocábulo.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela constitucionalidade do Projeto de Lei nº 5.057, de 2020, e pela constitucionalidade, juridicidade e



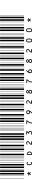


boa técnica legislativa do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, na forma da subemenda substitutiva ora apresentada.

Sala da Comissão, em 27 de setembro de 2023.

Deputado BETO RICHA Relator





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBMENDA SUBSTITUTIVA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO AO PROJETO DE LEI Nº 5.057, DE 2020

Dispõe sobre a profissão de ferrador de equinos e muares.

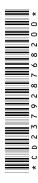
O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

- Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o exercício da profissão de ferrador de equinos e muares.
- Art. 2º Exerce a profissão de ferrador de equinos e muares o profissional contratado para limpar, cortar, lixar, ajustar, medir o tamanho da ferradura e colocar a lâmina de acordo com a necessidade de cada animal, seja para proteção, esporte, correção ou necessidade ortopédica.
- Art. 3º Poderá exercer a profissão de ferrador o profissional:
- I Nível 1: aprendiz de profissionais mais experientes;
- II Nível 2: profissional com cursos e certificações nacionais ou internacionais por associações ou entidades privadas ou governamentais;
- III Nível 3: veterinários aptos a ferrageamento e cirurgias dos cascos e membros locomotores.

Parágrafo único. Fica assegurado o livre exercício da profissão no "Nível 2", de que trata o inciso II deste artigo, aos profissionais que já estejam em exercício há pelo menos dois anos, ininterruptos ou não, até a data da publicação desta Lei.

- Art. 4º Consideram-se acidentes de trabalho, nos termos do art. 19 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, aqueles ocorridos com o ferrador no exercício de sua profissão.
- Art. 5° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.





Sala da Comissão, em 27 de setembro de 2023.

Deputado BETO RICHA Relator



